



29/01/2026

ATA N.º 01/2026
(PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA)



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Ata N.º 01/2026

--- Aos vinte e nove dias do mês de janeiro, realizou-se a primeira sessão extraordinária de dois mil e vinte e seis da Assembleia de Freguesia de Anta, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Anta, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1 - Apreciar e votar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Documentos de prestação de contas da Junta de Freguesia da União de Freguesias relativos ao período de 2025. -----

--- 2 - Apreciar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Junta de Freguesia da União de Freguesias a 28/10/2025. -----

--- 3 - Apreciar e votar nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e do artigo 61.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro os Documentos previsionais da Junta de Freguesia para o ano 2026 - a) Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano, b) Mapa de Pessoal c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais). -----

--- 4 - Apreciar e Votar o Regimento da Assembleia de Freguesia de Anta, para o mandato 2025-2029; -----

--- 5 - Apreciar e votar as Atas das sessões anteriores. -----

--- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, Guilhermino Pedro de Sousa Pereira (PS), e secretariada por André Manuel Vieira de Almeida (PS) e Liliana Sofia Tavares Pinto (PS), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. ----

--- Estiveram presentes os Senhores Vogais: -----

--- a) Partido Socialista (PS): -----

--- Manuel Augusto Gomes Novais; -----

--- Manuel Alberto Marques da Costa; -----

--- b) Partido Social Democrata (PSD): -----

--- Humberto Pinto de Oliveira Granja; -----

--- Nuno Gustavo Duarte Pimenta; -----

--- Manuel José Pinto Gomes; -----

--- Maria Antonieta Silva Ferreira; -----

--- c) CHEGA: -----



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

- Norberto José da Mota Moreira; -----
- Ricardo Jorge Marques Ferreira; -----
- d) Maria Manuel Cruz É Por Espinho (MMC): -----
- Jorge da Rocha Pinto; -----
- Dinis Fabrício Pinto Dias. -----
- Não estiveram presentes na sessão os/as seguintes Senhores/as Vogais: -----
- Rita Vanessa Rocha Reis (PSD), por motivos profissionais, substituída pela Vogal Maria Antonieta Silva Ferreira; -----
- Em representação do Executivo da Junta estiveram presentes: -----
- José Fernando Ferreira de Sousa Pinto, Presidente da Junta; -----
- Bárbara Filipa Ribeiro Barbosa, Tesoureira da Junta; -----
- Fernando Gomes Fernandes, Secretário da Junta; -----
- Mário Joaquim Gomes Devezas, 1.º Vogal do Executivo; -----
- Palmira Pereira Pinto, 2.ª Vogal do Executivo. -----
- Estando verificado quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão. -----
- APRECIAR E VOTAR NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS RELATIVOS AO PERÍODO DE 2025 -----
- O Presidente da Mesa solicitou ao ex-Presidente da União de Freguesias de Anta e Guetim, Nuno Almeida, a apresentar os documentos de prestação de contas. -----
- Nuno Pimenta (PSD) pediu a palavra para um Ponto de Ordem, que lhe foi concedido. Disse: "Relativamente a este ponto, de acordo com a Lei N.º 25A/2025 de 13 de março, Artigo N.º 14, está expresso que esta prestação de contas deveria ter sido aprovada pelos anteriores membros da Assembleia de Freguesia e teriam, a partir dessa data, 45 dias para apresentar as contas ao Tribunal de Contas. Não é esta assembleia, digo eu, na minha humilde opinião, de vogal da assembleia, e na minha outra qualidade de jurista, legítima para aprovar estas contas. Depois de aprovadas essas contas, estas teriam de ser aprovadas até 30 de abril, sendo que teriam de ser aprovadas nos órgãos extintos. Como tal, entendo que estas contas não podem ser aprovadas aqui". -----
- O Presidente da Mesa disse: "De qualquer forma, o Tribunal de Contas já tem as contas, já aprovou as contas. Pelo conhecimento que tenho, de 10 Assembleias de União de Freguesia, foram todas aprovadas à posteriori. Nós temos que dar o nosso



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

parecer. Tem toda a razão. Alguns vogais que estão aqui são da assembleia anterior, mas a maioria não é. Mas também em abril teremos o mesmo problema, porque os outros não podiam vir aqui aprovar as contas. Mas como estava a dizer, estava a convidar o ex-Presidente da Junta para nos poder falar dessas contas, uma vez que é o responsável, e, entretanto, já fez isso numa assembleia em Guetim". -----

--- Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e disse: "Permita-me dizer que o que fez a outra Junta de Freguesia para nós não nos interessa, nem o PSD vai estar ao lado de qualquer tipo de eventual irregularidade nesta situação. O que é claro é que as freguesias deviam ter elaborado a aprovação nos respetivos órgãos em funções até à data da sua extinção. Se não foi aprovado na altura, não é culpa deste Executivo, nem nossa culpa. O Executivo anterior teve mais que tempo, até à altura da sua extinção, que foi o momento de tomada de posse deste Executivo, de apresentar as contas para a aprovação. Não o fez aqui. Se o fez em Guetim não interessa. Não quero aqui levantar de que forma isso foi apresentado, com aprovação de quem. Isso não me interessa. Agora que estamos aqui numa irregularidade, estamos. Tanto mais que as contas que nos foram apresentadas não estão assinadas, não estão datadas, não referem em que momento algum é que o Executivo aprovou essas contas. Portanto, estamos aqui com muitas irregularidades. O Sr. Nuno Almeida, elemento público, não pode vir neste momento aqui e defender uma coisa num cargo que já não ocupa. Já não é Presidente desta Junta de Freguesia. Eu pergunto-lhe assim, de que forma é que o Sr. Nuno Almeida vem agora defender uma coisa, se não assumiu funções nesta assembleia? Não pode, por muito que possa fazer em intervenção do público dentro das suas limitações. No final, é aquilo que está previsto agora no Regimento. O que eu tenho a dizer é que o PSD, se este documento for apresentado para votação ou para discussão, não vai estar presente para apresentar uma declaração de voto, porque não quer estar ao lado de possíveis irregularidades". -----

--- O Presidente da Mesa refere que estava a limitar-se a seguir o exemplo de outras freguesias, dizendo: "Até à posse, o Executivo anterior não tinha hipótese de apresentar as contas. Como o senhor vogal sabe não adianta nada reprovarmos as contas porque elas foram aprovadas no Tribunal de Contas, portanto se calhar estamos a chover no molhado e a adiar uma coisa que se pode resolver rapidamente. Mas estou na disposição de adiar este ponto e, entretanto, ir buscar mais informação sobre isto, mas gostava de ouvir o que se passou na assembleia de Guetim, que nos diz respeito". -----

--- Nuno Pimenta (PSD) pede a palavra para um Ponto de Ordem: "As freguesias estão separadas. São entidades distintas, por isso não nos diz nada. As contas da União deviam ser aprovadas por quem ocupava os cargos nessa União de Freguesias, que se extinguiu aquando da instalação destes órgãos. Não podemos aprovar uma coisa que não nos diz respeito. O Sr. Presidente pode dar as voltas que quiser. É uma ilegalidade". -----



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

--- O Presidente da Mesa disse: "Obrigado pelo esclarecimento, que aprecio. Como não estou completamente à vontade com o conhecimento do que acabaram de afirmar, vou insistir em ouvir o ex-Presidente, a responsabilidade é dele. Nós em função disso decidimos". -----

--- Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e afirmou: "O que estamos a pedir é que se retire o ponto da ordem de trabalhos. O que nós estamos a pedir é de facto, como não há consenso que se retire, porque estamos numa irregularidade. Nós quando não temos informação, procuramos. Se quiser eu forneço a documentação com a lei e já consulta aquilo que aqui está sublinhado. É uma responsabilidade sua, como Presidente desta assembleia, de levar adiante esta discussão. Mas já sabe qual é a posição do Partido Social Democrata e não iremos voltar atrás. Não nos incumbe a nós os outros. Não quer dizer que tenham feito bem. Como vogal nesta assembleia eu tenho direito a ter a minha opinião e apresentar os factos. Se os vai aceitar muito bem, se não muito bem na mesma. -----

--- O Presidente da Mesa refere que o que aconteceu nas outras freguesias foi o Executivo anterior apresentar as contas e quem estava em funções votou-as. Face à posição do PSD, questionou ao plenário a sua opinião. Realizada votação, este deliberou não estar de acordo em ouvir o ex-Presidente da União de Freguesias de Anta e Guetim. Nesse sentido, o Presidente da Mesa propôs agendar o ponto para uma nova reunião. -----

--- Manuel Novais (PS) pediu a palavra e disse: "Eu vou dar a minha opinião, não desrespeitando, porque não tenho nenhuma informação jurídica, o direito de levantar esta questão. Trago mais uma questão do que uma opinião, porque eu sou daqueles que acha que uma pessoa para dar uma opinião tem de ser fundamentada e eu não tenho esses fundamentos. Contudo, eu gostaria de perguntar o seguinte: estas contas relativas ao ano passado até à tomada de posse pelo novo Executivo, têm de ser aprovadas? Se têm de ser aprovadas, não estou a perceber qual é a diferença de ser aprovadas hoje ou serem aprovadas em abril. Essa é uma questão. Se não têm, pura e simplesmente, que ser aprovadas, ou seja, nós também iríamos perder o nosso tempo, pelo que eu estou a perceber. Estas são as minhas dúvidas. Tenho alguma perplexidade com isto que está a acontecer, porque efetivamente eu não tenho nenhum fundamento para ter uma opinião, mas gostava de ser esclarecido, até porque é importante haver o máximo de transparência com os fregueses. -----

--- Dado o adiamento do primeiro ponto, o Presidente da Mesa também decidiu adiar o segundo, uma vez que se encontra no seguimento do anterior. -----

--- APRECIAR E VOTAR NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º E DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA JUNTA DE FREGUESIA PARA O ANO 2026 - A) ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, B) MAPA DE PESSOAL C) AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS) -----



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

--- O Presidente da Mesa abriu a discussão do ponto. -----

--- Nuno Pimenta (PSD) pediu a palavra e questionou: “Nesse ponto 3, estão identificadas diferentes alíneas. Pretendem aprovar alínea a alínea ou o ponto na globalidade. O nosso entendimento é que deve ser aprovado alínea a alínea”. -----

--- O Presidente da Mesa referiu: “Vamos fazer perguntas ao Executivo, depois a segunda intervenção que temos para fazer. Discutimos na generalidade, mas votamos rubrica a rubrica. Pode ser assim? Ou ao contrário? É que no documento apresentado está como um único documento, mas tem os pontos separados pelas alíneas. Vamos discutir tudo e, entretanto, a votação vemos como funciona”. -----

--- Após este esclarecimento, o Presidente da Mesa abriu as inscrições para uma primeira ronda de esclarecimentos. -----

--- Manuel Gomes (PSD) tomou a palavra e disse: “Os documentos que recebemos, nenhum deles tem assinatura ou data de quando o orçamento foi aprovado em reunião de Junta de Freguesia. Eu gostaria de saber qual foi a data, só para ficar registado. Depois, no que toca ao orçamento, no grande grupo das multas e taxas, o orçamento prevê um valor de 67.500€ (é a página 28). Esse valor, face aos valores que se conhecem da execução parcial de 2025, e os valores da execução de 2024, parecem-me ligeiramente acima do que deverá ser. Causa-me um pouco de estranheza. Aparentemente foi executado, em 10 meses, em 2025, 18 mil euros, e em 2024, 48 mil. A previsão são 67.500€, e eu gostava de saber qual é que é a substância do Executivo para achar que vai receber 67.500€. Em quê? Em termos de despesa, há uma previsão de despesa de capital de 186 mil euros e eu gostava de saber quais é que são os projetos onde este valor vai ser aplicado. O que o Executivo tenciona fazer com ele. Por fim, no plano plurianual, onde estão previstos também estes 186 mil euros, nós temos outras rubricas, que têm, por exemplo, mil euros para o campo de Cassufas, dois mil para o parque de Esmojães. Eu, como não é o primeiro mandato em que estou na assembleia, tenho visto várias vezes essas rubricas a surgirem e vejo um valor, no ano a seguir tudo a zero, por isso gostava que o Executivo explicasse quais são as suas previsões para o mandato, se estão a pensar em concretizar algum plano e como o vão fazer”. -----

--- O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta para responder à questão e fazer uma breve apresentação dos documentos. -----

--- O Presidente da Junta tomou a palavra e disse: “Este documento que estamos a apreciar neste momento é verdadeiramente o primeiro documento para um ano civil e um ano económico. O anterior foi apenas para dois meses. Estes documentos previsionais para 2026, correspondem ao primeiro ano completo deste mandato, traduzem uma orientação em termos de escolhas que são feitas a este Executivo. Escolhas essas também que assentam no próprio programa eleitoral que foi a sufrágio e que foi validado pelos antenses. Assenta também em princípios, obviamente, de transparência, de rigor, equilíbrio financeiro e de responsabilização. Este Executivo



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

entende que esta é a base em que se constrói alguma confiança política. Obviamente que a ambição deste Executivo também não é abstrata. A ambição é investir de forma consequente em projetos, em obras e iniciativas com impacto real, sem abdicar de uma gestão prudente e sustentável. Este caminho exige simultaneamente uma administração que seja mais eficiente, mais acessível, que tenha princípios de simplificação de processos, de tempos de espera, de resposta e uma cultura de serviço orientado para a resolução dos problemas da freguesia, que é isso que nos orienta e que nos mantém. Esta Junta cumpre o seu papel isoladamente. Assumimos um trabalho em rede como método de governação e estamos também em articulação permanente com as instituições, com as associações, com as escolas, com os agentes económicos e com os parceiros locais, numa lógica de cooperação sempre orientada para melhorar o bem-estar coletivo e reforçar as oportunidades no nosso território. Assumimos também com ambição e responsabilidade o compromisso de cumprir as nossas propostas, sublinhando que alguns objetos estruturantes exigem também convergência institucional e um compromisso conjunto que coloque Anta acima de qualquer interesse menor. Neste espírito, apresentamos estes documentos como instrumento de gestão, mas também como compromisso político de seriedade, proximidade e execução. Sendo o primeiro orçamento, obviamente que é o ponto de partida para o mandato que se pretende que seja realizado e cumprido, no sentido de que as expectativas que as pessoas colocaram em nós sejam realizadas e, como tal, a Junta de Freguesia, que neste momento represento, assumirá sempre, com toda a seriedade e frontalidade, as suas responsabilidades. No que concerne à apresentação dos documentos, nós apresentamos e submetemos as Grandes Opções do Plano e o Orçamento à Assembleia de Freguesia que, em primeira instância, vai ou não aprovar estes documentos. Nós sabemos que esta proposta e os nossos compromissos políticos muitas vezes divergem dos compromissos políticos dos membros que constituem a Assembleia de Freguesia. Mas obviamente que não podemos também esquecer que fomos eleitos para governar por todos os antenses e não apenas por aqueles que em nós confiaram e nos deram o seu voto. Estes documentos têm disposições nucleares que respeitam em termos de regras orçamentais. Para aqueles menos familiarizados, as regras estão bem elencadas no documento e também têm, em termos globais, uma especificidade que é apresentar o documento em termos de funções, sejam as funções gerais, sejam as funções sociais e sejam as funções económicas. Dentro delas há sempre subcapítulos que estão elencados e que os vogais, obviamente, tiveram a oportunidade também de ler e apreciar. Este orçamento ascende a cerca de 767 mil euros. Já foi maior na antiga União de Freguesias, mas para uma freguesia como a nossa, representa um valor também bastante interessante. Desde 767.000€, obviamente que as receitas correntes são 581.000€, as receitas de capital 186.000€, as despesas correntes 528.000€ e as despesas de capital 238.000€. Relativamente, às receitas de capital, e vamos já começar então com a página 28, em que foi colocada a questão, dizer-vos que isto insere-se no capítulo das taxas, multas e outras penalidades. Estas estão divididas em taxas específicas das autarquias locais, taxas e licenças, concessão de sepulturas, concessão de ossários e emolumentos. Estes 67.500€ representam o



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

somatório da rubrica que virá da receita estimada, porque um orçamento é sempre uma previsão, poderá ser exequível ou não, há fatores que não dependem da vontade do Executivo, mas, como documento previsional que é, assenta em premissas de que os valores que estão orçamentados, na parte da receita, não estão inflacionados. Isto é, não estão postos acima do valor que será expectado. Nesse aspeto, nós temos aqui na parte do cemitério, que são os 63.500€, 650€ de taxas e licenças afetos ao cemitério, 60.000€ afetos à concessão de sepulturas e 2.850€ afetos à concessão de ossários. Isto perfaz a quantia de 63.500€ que, aos 3.500€ que estão afetos à secção de emolumentos, perfaz os 67.000€. A pergunta do vogal foi se estes 67.000€ seriam exequíveis. Na nossa perspetiva, não só são exequíveis, como são até passíveis de ser ultrapassados. Falo mais precisamente da concessão de sepulturas, em que nós temos taxas de concessão de cerca de 3 mil euros. Partimos do pressuposto que no ano de 2026 iremos concessionar ou fazer a concessão de 20 sepulturas. Daria os tais 60.000€. Neste momento, toda a gente sabe que não há sepulturas para concessionar, mas há despesas para realizar. Ou seja, se formos ver a parte das despesas de capital, podemos verificar, na página 33, que a componente de cemitérios prevê um investimento de cerca de 30.000€. O Executivo prevê arrecadar 60 mil, mas vai ter que gastar pelo menos 30 mil para fazer a construção de novas sepulturas. Neste momento, temos em vista a abertura de cerca de 40 sepulturas novas e, como tal, temos 30 mil em termos de custos para essa obra. Depois, na parte da receita, nós temos, na componente Receitas de Capital, 186 mil euros, que vêm de uma rubrica muito específica, a Administração Local. É a transferência de receita de capital para a Junta de Freguesia poder fazer obra. Estes 86 mil euros vão ser divididos em dois blocos. Porquê? Porque em termos de orçamento municipal, era assim que estava feito. Eu ainda não sei como é que está o novo Orçamento Municipal, mas foi dito que deveríamos orçar da mesma forma que estava o orçamento anterior. Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Os meus colegas das outras juntas de freguesia já apresentaram os documentos. Os valores que inscreveram no orçamento eram os valores do orçamento de 2025. No caso de Anta, isso não é possível, pois tratando-se de um processo de desagregação e tendo lá valores que pertenciam a Anta e a Guetim, foi aconselhado fazer-se a repartição do valor total - 83% para Anta e 17% para Guetim. Parte-se também do pressuposto que Anta tinha duas rubricas específicas, que era a da Delegação de Competências, no âmbito da rede diária - na altura era 122.850€ - e Outras Transferências - com cerca de 125 mil euros. Já os 86 mil euros que estão aqui, devem-se à manutenção do princípio de que todas as juntas de freguesia teriam no mínimo 86 mil euros. Dito isto, a Junta de Freguesia de Anta optou, por uma questão de precaução, orçar exatamente os mesmos 86 mil euros que ia ter Silvalde, Paramos e Espinho. Relativamente ao bolo dos 400 mil euros, optámos por inscrever 100 mil euros. Daí os 186 mil euros. Não foi de ânimo leve que isto foi escrito. Foi com base nas informações que nós recebemos por parte do município e, obviamente, que nos foram dadas estas orientações, nós não tínhamos ainda o orçamento municipal. Posso-lhes dizer que, entretanto, os presidentes de junta já se reuniram com o Presidente da Câmara e surgiram novas ideias para as delegações de competências. Ainda não sabemos o respetivo valor, nem qual o



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

encaixe financeiro que vem para a freguesia de Anta. Da mesma forma que os outros presidentes de junta ainda não sabem o valor que irão receber. Tendo 186 mil euros, de receitas de capital temos também, na parte da despesa, 186 mil euros de despesas de capital. Estes vão ser investidos nos Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares. Relativamente às últimas palavras do vogal, realmente existe, em termos de desporto, aqui no Complexo Desportivo de Cassufas, a tal verba de mil euros, no Parque de Esmojães, também mil euros, uma rubrica de mobiliário urbano, que também faz parte do componente da delegação de competências, nomeadamente das limpezas de bermas, valetas, sumidouros e sarjetas. Existe também a Capela Mortuária em Anta. Isto são rubricas que estão definidas em sede de orçamento e de PPI para poderem ser realizadas, porque a nova delegação de competências não vai ter só viadutos, arruamentos e obras complementares, vai ter outras componentes. O Presidente da Câmara de Espinho quando reuniu com os outros presidentes de junta, falou da sua vasta experiência enquanto autarca ao serviço de uma junta de freguesia do concelho de Aveiro e falou de algumas obras que levou a cabo. Eu fiz ver que nós temos um projeto para a Capela Mortuária há algum tempo, bem como que era necessário fazermos obras no cemitério com a ampliação dos acessos e dentro do próprio cemitério. Em termos de Funções Gerais no PPI, têm também o equipamento informático, o software informático, o equipamento administrativo, que são ferramentas essenciais para dar capacidade aos nossos serviços administrativos, de prestar um serviço de qualidade aos nossos fregueses. Por fim, relativamente à data, esta foi a 14 de janeiro de 2026. Daí, também, as autorizações prévias genéricas virem datadas de 14 de janeiro de 2026". -----

--- O Presidente da Mesa perguntou ao plenário se tem mais questões a colocar. -----

--- Alberto Costa (PS) tomou a palavra e disse: "Nas funções gerais, onde diz «Prosseguir intervenções de manutenção e melhoria funcional das instalações, garantindo condições adequadas para trabalhadores e utentes, incluindo acessibilidade, conforto e segurança», gostava que o Senhor Presidente dissesse o se está previsto algo sobre a avaria do elevador do edifício da Junta de Freguesia já há dois meses. As pessoas com mobilidade reduzida veem-se com dificuldade para subir estas escadas. -----

--- Ricardo Ferreira (CHEGA) inscreveu-se também para intervir, dizendo: "Queria deixar uma questão. O Senhor Presidente falou dos 186 mil euros relativamente a viadutos, arrumamentos e obras complementares. Com que base e onde é que vão ser feitas estas obras complementares? Não há qualquer discriminação no orçamento e nós gostaríamos de saber como e onde vai ser gasto". -----

--- O Presidente da Junta disse: "Relativamente ao elevador que está aqui instalado, este é da responsabilidade da Câmara Municipal. Tanto quanto eu sei, o concurso público que está a ser feito para a manutenção de todos os elevadores das unidades de saúde do concelho de Espinho está a recolher propostas. Estas depois vão ser apreciadas, seguindo-se a audiência prévia dos interessados e só depois a



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

adjudicação. Contratualizando-se com a empresa vencedora, eles ficarão obrigados a vir prestar a devida assistência técnica. Relativamente aos 186 mil euros, quando foram falados com a Câmara Municipal foram no sentido de alguns arruamentos, nomeadamente a Rua do Lameirão, Travessa do Lameirão, Rua da Índia, etc. A mim disseram para os inscrever e que depois iríamos reunir para decidir quais seriam para fazer e as prioridades. Nós tínhamos as informações dos valores para os arruamentos que estavam definidos anteriormente e decidimos colocar o mesmo montante, carecendo este da validação do município. -----

--- Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e disse: "Eu acho que o Senhor Presidente da Câmara está muito contente deste momento promocional do trabalho que ele fez e que tem feito ao longo da sua carreira. A sua intervenção foi resumidamente essa. Voltando atrás, falámos dos 186 mil euros das transferências de capital. Do que me lembro da reunião que tivemos no âmbito do direito da oposição, o Senhor Presidente disse que destas verbas todas que eram previstas transferir e nada foi feito, teria de devolver dinheiro. Disse ainda que a perspetiva da Câmara Municipal atual era diferente. O valor a transferir para as juntas neste âmbito seria mais reduzido porque tinham outros princípios. Eu fiquei com uma surpresa agradável quando vi que o valor é o mesmo. Não percebi: ou o senhor na altura não estava munido de informações corretas, ou neste momento não está a transmitir a informação correta. Já que estamos a falar das ruas que vão ser intervencionadas, eu relembro que as transferências de capital executadas no mandato anterior pelo Executivo PS para este Executivo PS, envolviam a Rua dos Lagos, Rua de Cassufas, Rua de Esmojães, Rua do Souto, Travessa de S. Mamede. Por isso, gostava de saber se estes espaços já não precisam, se já foram intervencionados, se já têm uma boa circulação para ignorar isto do Executivo anterior e agora estarmos nestes dois meses a indicar outras vias. Relativamente às habitações, vemos aqui um total de 12.500€ de receitas. Mas só temos previsto investir, nestas habitações, 4.000€. Senhor Presidente, é preciso lá passar. É preciso ver que aquelas coberturas neste momento não estão legais. É preciso muito mais que 4.000€, porque com 4.000€ nós vamos tapar buracos. Foi aquilo que se fez recentemente. É preciso corrigir aquilo. Não é com 4.000 euros que nós vamos resolver, mas também não é com 12.500€. Também é verdade, é preciso dizê-lo, a receita não cobra a despesa que é necessário investir. Mas é preciso haver iniciativa, é preciso procurar solução para estas coisas. No plano de ação também gostei muito de ver, finalmente, um programa eleitoral, porque comparado com o seu programa eleitoral, que apresentou, eu prefiro este. É mais profundo, mais consistente, revela ser mais conhecedor da realidade. No entanto, continua a existir coisas que não se preveem. O senhor prometeu um espaço "Anta Empreende, um gabinete de apoio jurídico à linha de alta velocidade. No âmbito de tudo isto que eu falei, eu vou-lhe lembrar uma coisa que é importante para nós fazermos este orçamento: há um programa, que é o Portugal 2030, ao qual o Executivo se pode candidatar, ou que já deveria ter-se candidatado e ter feito um orçamento nessa perspetiva. Tem, por exemplo, âmbitos de intervenção: coesão territorial de infraestruturas, acessibilidades e habitação acessível - aquela história da construção a



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

custos controlados; Portugal mais verde, dedicado à eficiência energética; Portugal mais social, que prioriza o emprego, educação, formação de competências e inclusão social. Senhor Presidente, nós não podemos estar continuamente à espera de que as coisas nos caem do céu. É preciso pôr os pés ao caminho, é preciso trabalhar. Nós temos de fazer alguma coisa por esta terra, por aqueles que nos elegeram. Portanto, não podemos estar à espera eternamente, que sejam os fundos da Câmara ou os fundos do Estado, a patrocinar as nossas necessidades e as nossas urgências. E o orçamento da Junta da Freguesia deve vir nesse sentido. O Senhor Presidente devia ter dito: «nós vamos aqui investir X, porque nos vamos candidatar ao programa Y, que nos vai resolver o problema Z»." -----

--- O Presidente da Mesa avisou que o debate ainda se encontrava na primeira ronda e que estavam a ser formuladas questões políticas, que deveriam ser feitas na segunda ronda. Questionou, por isso, se podia fechar a primeira ronda. -----

--- Alberto Costa (PS) pediu a palavra e disse: "Eu sei que o elevador pertence à Câmara Municipal. Mas coloquei esta questão pois os nossos fregueses estão muito mal informados sobre quais são os poderes e obrigações que esta Junta de Freguesia tem. Aproveito esta assembleia para se explicar às pessoas que não é a Junta que tem de arranjar o elevador. Que fique esclarecido para que quem está aqui possa passar a mensagem". -----

--- O Presidente da Junta tomou a palavra e disse: "Pegando no tema do Portugal 2030, obviamente que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, em termos muito práticos, a Junta de Freguesia não pode concorrer a fundos para este fim, porque senão as casas da Junta no mandato anterior não teriam sido envolvidas num projeto municipal de habitação, que depois também não conseguiu dar seguimento ao que era pretendido. Relativamente às habitações da Junta de Freguesia, é óbvio que as pessoas não têm condições naquelas habitações. Mas também é óbvio que não é em 2 meses, que uma Junta de Freguesia que tomou posse a 28 de outubro vai resolver esse problema. Não é possível. Esses 4.000€ nem sequer dão para se contratar uma empresa especializada para retirar o amianto. É para pequenas obras que sejam necessárias no imediato. Se calhar as verbas previstas para os arruamentos não seriam suficientes. Se tivermos um parceiro como a Câmara Municipal que nos possa ajudar nisso, essa ajuda é sempre bem-vinda. Sozinhos não temos capacidade. No âmbito da delegação de competências com a Câmara Municipal, não está aqui presente, mas é uma preocupação também, é a intervenção nos largos: Anta, Altos Céus e Idanha. Espero que esta Câmara Municipal de Espinho também possa, nesse sentido, contribuir para uma mudança de mentalidade que é preciso fazer. Este orçamento parte de uma base real, em que tudo que esteja ao nosso alcance, podem estar certos de que vamos realizar". -----

--- O Presidente da Mesa lançou a segunda ronda de intervenções e disse: "Chamo a atenção os senhores vogais que nós estamos a discutir os Documentos Previsionais da Junta de Freguesia para o ano de 2026, onde se inclui o orçamento, plano



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

plurianual de investimentos, plano de atividades e grandes opções do plano. Entretanto, temos o mapa de pessoal e as autorizações prévias genéricas”. -----

--- O vogal Humberto Granja (PSD) pediu a palavra ainda no âmbito da primeira ronda para uma questão, que o Presidente da Mesa consentiu. -----

--- Humberto Granja (PSD) disse: “Nós desde início pedimos para que os documentos fossem aprovados separadamente, conforme a ordem de trabalhos. O Senhor Presidente diz que as juntas não se podem candidatar, mas no portal do Portugal 2030 não diz isso. Quem está a dizer verdade? Diz aqui: «juntas de freguesia vão passar a ser elegíveis...». É uma questão de procurar. Esta notícia é de 2022, do XXVIII Encontro da ANAFRE, em que reclamaram que as juntas não estavam salvaguardadas e em que foi dito isto”. -----

--- O Presidente da Junta tomou a palavra e disse: “A ANAFRE é uma grande parceira das juntas de freguesia. O parecer que têm no âmbito desta questão é que as juntas de freguesia não se podem candidatar. Dizem que vai ser possível, mas pergunto: está efetivamente em lei essa possibilidade? Não está. Como tal, o parecer da ANAFRE é o que nos vincula. Há vontade para que as autarquias de pequena escala possam ter a possibilidade de concorrer a fundos comunitários, mas no imediato isso não acontece. É isso que quero deixar bem claro. Quando for, obviamente que vamos por as pernas a caminho e a ANAFRE vai-nos comunicar”. -----

--- O Presidente da Mesa comunicou que se ia passar para a segunda ronda, sobre a visão política dos documentos entregues. -----

--- Manuel Gomes (PSD) tomou a palavra e disse: “Depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente, face às questões que a assembleia colocou, eu fiquei sem saber o que acha do seu orçamento. Quando estava a explicá-lo disse que para uma freguesia da nossa dimensão era um valor considerável. Entretanto, passei a ouvir o Senhor Presidente a dizer que o orçamento, afinal, fica aquém dos meios necessários para satisfazer as necessidades da freguesia. É o meu entendimento do discurso do Senhor Presidente. Em que ficamos? Fico também genuinamente contente porque num mandato anterior cheguei a perguntar mais do que uma vez se estavam a planear a começar as obras. Espero que seja finalmente este ano que se façam as sepulturas. Espero bem. Foi o único compromisso que o Executivo fez aqui hoje, porque depois com os 186 mil euros eu quando falei, não respondeu, mas quando o vogal do CHEGA perguntou já disse alguma coisa. Quanto ao PPI, eu queria perceber se há mais alguma coisa que o Executivo pretende começar a pôr em prática este ano ou não. Fico a saber que não. Temos os valores para abrir as contas, mas não temos valor suficiente do orçamento que era considerável para o tamanho da freguesia. -----

--- André Almeida (PS) pediu para intervir e disse: “Decidi intervir nesta fase porque creio que estamos num momento de culminar do processo de desagregação de freguesias, que é algo bastante positivo para Anta, para Guetim, importante para podermos efetivamente decidir com mais proximidade os destinos da nossa freguesia



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

e aumentar o peso institucional das duas freguesias e do interior do nosso concelho, o que é bem necessário. Aproveita para falar também aos senhores vogais que o plano de avisos do Portugal 2030 já saiu e a Junta de Freguesia e os eleitos do PS têm estado atentos ao que se pode eventualmente candidatar, mas não existe nenhum que corresponda aos que se têm falado nesta assembleia até ao momento. Mas sobre o orçamento e o PPI, eu gostava de deixar algumas notas. Temos alguns pontos interessantes, algumas novidades que são importantes falar nesta assembleia. É urgente a contratação de recursos humanos por esta Junta de Freguesia, é importante temos operacionais e a capacidade de ir à rua, estar no terreno, algo que tem sido muito falado e é bom ver aqui essa vontade expressa. Vemos coisas que também parecem ser bastante positivas, caso sejam executadas, que acredito que assim serão - veja-se o trabalho junto das escolas, tecido cultural, comércio da freguesia, sustentabilidade e economia circular. Temos também a rota dos moinhos, uma ideia que espero que o nosso Executivo consiga cumprir ao longo deste mandato. No documento também se vê várias vezes que há um condicionamento por parte da articulação com o município de Espinho, nomeadamente no que concerne à delegação de competências e respetivos instrumentos financeiros associados. Podemos ler mais do que uma vez. Nesse sentido, enquanto eleito para a Assembleia de Freguesia de Anta aproveito este momento para exortar o Executivo municipal, nesta fase em que estamos todos em início de mandato, numa fase que este também tem mostrado querer fazer mais e melhor, inclusive assumindo que quer fazer uma rutura com as práticas do passado, que seja feito jus à dimensão de Anta. O que temos visto nas últimas décadas é que não tem sido feito jus à nossa freguesia, a principal porta de entrada no concelho de Espinho, a freguesia onde há mais desgaste das ruas porque também é onde há maior circulação de carros, é onde está a entrada na autoestrada, é a maior freguesia do concelho, mais coletividades e eventos populares para apoiar, temos várias zonas verdes que não têm sido aproveitadas e é óbvio - que me perdoem as juntas de freguesia de Paramos, Silvalde, Espinho - que Anta não pode estar a receber o mesmo ou pouco mais que elas. A verdade é que efetivamente há mais para fazer em Anta, temos muito mais necessidades. Se quer fazer uma rutura com o passado, este é o momento de a Assembleia de Freguesia mostrar que efetivamente queremos mais e que queremos que Anta seja vista com outros olhos. Apelo também à Junta de Freguesia que faça a sua parte para que consiga um bom acordo de delegação de competências". -----

--- O Presidente da Mesa alertou a todos os presentes que não são permitidas gravações ocultas. -----

--- Nuno Pimenta (PSD) tomou a palavra e disse: "Foi com agrado que ouvi muita coisa, mas também com estranheza. Este orçamento e plano de atividades, fala muito de articular com o município, da dependência com o município, da articulação com o mesmo. É um orçamento que, numa ambição para o primeiro ano de mandato, em que queríamos ver pujança, e apenas estamos com um plano de gestão. É um orçamento que se prepara para desculpas e não para soluções. Estamos focados no município. Eu lembro que Anta efetivamente é a maior freguesia e que precisa de



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

apoio, mas já o era. Anta tem muito mais coletividades para apoiar, mas já as tinha. Sempre foi a porta de entrada de Espinho. Hoje lembrar-se que Anta é a porta de entrada. Efetivamente, é, mas é pena que não se tenham lembrado disso antes e só se lembrem agora. Há zonas verdes para se tratar? Imensas. Mas nunca trataram. Agora é que se lembraram. Eu queria saber e sei até qual foi a posição da câmara quanto aos arruamentos. Por isso, dá a liberdade a este Executivo, assim como deu aos outros, no que diz respeito às outras questões, não aos arruamentos. Os arruamentos são da câmara e as outras questões serão da Junta de Freguesia. Ambição neste orçamento? Nenhuma. Gestão? Muita. Desculpas? Imensas". -----

--- André Almeida (PS) pediu a palavra para um contraprotesto. Disse: "Eu só queria dar aqui nota que este não é um assunto novo para o partido socialista. Aliás, para quem esteve atento às Assembleias de Freguesia dos últimos 16 anos, vá, isso tem estado sempre em cima da mesa. Não vejo aqui nada de novo. Como podem ver, isto que eu disse aqui foge muito aos jogos partidários porque o Executivo municipal já foi PS, já foi PSD, se formos a ver bem até foi mais anos PSD, mas efetivamente o que é importante é entrarmos neste momento de pontapé de saída de um Executivo, de uma nova freguesia, a freguesia de Anta, em que não temos um contrato de delegação de competências, com o pé direito e romper com as práticas dos executivos anteriores". -----

--- O Presidente da Junta tomou a palavra para responder aos vogais. Referiu: "Não me pretendo alongar muito. Apenas queria perguntar se não for com o município de Espinho que a Junta de Freguesia trabalhe de forma mais próxima, com quem é que vai ser? Eu recordo que financeiramente não há nenhuma freguesia que tenha independência financeira neste momento no concelho de Espinho. Penso que a de Espinho poderá ter essa autonomia financeira, ainda decorrente da venda do terreno da antiga tourada. Se não fosse isso, também estaria dependente. Queria chamar também a atenção para algumas situações em que o município está também a substituir a própria junta de freguesia de Espinho, no que a podas diz respeito. Anta também tem podas para fazer e não está a ser tratada da mesma forma. Se calhar não estavam preparados para ouvir isto de mim, que tenho falado tão bem do Executivo, mas estas chamadas de atenção também são para fazer. O orçamento não é um orçamento mais do mesmo, que foi basicamente o que foi aqui dito. Este orçamento, neste momento, ano zero, é o orçamento que é possível. Ambição nós temos, não temos é os meios financeiros que nos permitam neste momento apontar tudo aquilo que vamos fazer. Obviamente que o orçamento é de 767 mil euros, mas para mim, enquanto Presidente de Junta, deveria ser muito mais porque tenho neste momento necessidades bem prementes - basta olhar para o estado das nossas ruas - que ele gostava de intervencionar, mas neste momento não consigo. Não tenho receita que me permita. Ficava muito satisfeito por dizer que o orçamento vai responder a todos os problemas que nos afetam, mas não consigo porque tenho de fazer escolhas, opções e por isso que as pessoas me irão julgar. No final do mandato, se as escolhas forem do agrado das pessoas, que eu espero que assim seja, as pessoas irão fazer o seu juízo de valor. Não é neste momento. É apenas para lançar as bases do mandato



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

2025-2029. O orçamento é o possível. Não sendo independente financeiramente, temos de ter na Câmara Municipal um parceiro. É nesse sentido que eu estou a trabalhar e que tenho trabalhado com o Presidente da Câmara, com quem tenho uma boa relação, que não é de agora. Vejo-o como um amigo. Estou recetivo ao que ele pretender. Espero que do lado dele esta relação de confiança seja recíproca. -----

--- Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e disse: "Senhor Presidente, o seu cartão de militante deve dizer PSD. É um acérrimo defensor de Jorge Ratola. Mas subscrevo as suas palavras. Nós reconhecemos no Presidente atual enorme competência. Reconhecemos também que qualquer junta de freguesia do nosso concelho precisa da câmara municipal. Não posso concordar consigo quando estamos a 29 de janeiro e a única coisa que ouvimos aqui, desculpem a expressão, são «queixinhas». Este orçamento não é seu. O senhor faz uma proposta. Não se esqueça que nesta assembleia está em minoria. A responsabilidade deste orçamento é de nós todos. Se é aprovado ou não, isso compete a esta assembleia e todos nós temos de nos pronunciar sobre as opções. Essas opções podemos criticar. Tenho a dizer que da parte do PSD, teremos sempre uma posição responsável. Crítica, sempre, mas responsável. Não queremos que o senhor fique a trabalhar em duodécimos. Não queremos que o Senhor Presidente fique a chorar. Queremos no ano de lançamento dar-vos as ferramentas para trabalharem em prol da nossa terra. Nós vamos dar aquilo que podem entender como um voto de confiança, criticando, de facto muitas das opções que estão aqui premeditadas. Todos queríamos fazer mais. Esperávamos ver revisto nesse orçamento esse mais, porque como dizia há pouco «é mais do mesmo», são as mesmas rubricas, são os mesmos valores. É pegar nos valores e dividir por 83% e dividir pelas parcelas todas. Não vemos rumo, não vemos orientação. Isto é o que nos preocupa enquanto PSD e sobretudo enquanto antenses. Pode sempre contar com a nossa colaboração crítica, mas responsável, em prol da nossa terra. Escusa de relegar culpas de não concretizar culpas para terceiros. Temos de ser responsáveis. Assumir aquilo que fazemos e não conseguimos fazer. Temos de pôr as pernas ao caminho. Já agora, há um aviso para eficiência energética no portal que está aberto".

--- O Presidente da Mesa, não havendo mais nenhuma intervenção, avançou para a votação, dizendo o mesmo sobre esta: "A votação é única porque foi apresentado um documento único, com várias alíneas". Gerou-se de seguida uma discussão paralela entre os vários vogais e a Mesa sobre esta decisão ser ou não uma novidade na Assembleia de Freguesia. -----

--- Humberto Granja (PSD) solicitou a palavra para ficar registada a sua visão sobre a votação. Disse: "Eu vi uma convocatória de 2022, do dia 16 de dezembro, assinada pelo Senhor Presidente, em que diz assim: «Ponto 3 – Documentos Previsionais; Ponto 4 – Mapa de Pessoal; Ponto 5 – Autorização Prévia Genérica». Foi votado separadamente. O Senhor Presidente agora tem de decidir. A nossa discussão foi sobre os documentos previsionais porque não houve tempo para o mapa de pessoal e as autorizações prévias genéricas. Vai ter de nos conceder novas intervenções. No início o vogal Nuno Pimenta pediu aqui para se votar separadamente". -----



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

--- Manuel Gomes (PSD) pediu a palavra e disse: "Eu recordo-me de uma assembleia no mandato anterior ao anterior em que se votou o orçamento e a crítica do anterior Presidente de Junta foi que em sede do orçamento municipal o anterior Executivo PSD tinha colocado a autorização prévia no meio dos orçamentos e aqui nós fazíamos separado, apesar de a Assembleia Municipal não o fazer. Nós temos votado sempre separado, a meu ver, bem". -----

--- O Presidente da Mesa tomou a palavra e disse que no próximo ano, antes da convocatória pretende conversar com os vogais sobre a votação, mas tendo já sido enviada a convocatória e realizada a comissão permanente, em que não foram feitas objeções, pretende avançar com a votação. -----

--- Realizada a votação, os Documentos Previsionais da Junta de Freguesia para o ano 2026 - a) Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano, b) Mapa de Pessoal c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais -, foram chumbados com os votos contra do PSD (4) e do CHEGA (2), a abstenção do MMC (2) e os votos a favor do PS (5). -----

--- APRECIAR E VOTAR O REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ANTA, PARA O MANDATO 2025-2029 -----

--- O Presidente da Mesa abriu a discussão do ponto, dizendo: "Este Regimento foi amplamente discutido e aprovado nas reuniões da comissão permanente, mas tem de vir à Assembleia de Freguesia para ser votado". -----

--- Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e disse: "Este é o documento que vai orientar o funcionamento desta assembleia. Apesar de termos tido algumas reuniões da comissão permanente para debater o assunto e fazer alterações, nós achamos que há ainda algumas retificações a fazer. A primeira alteração é no artigo 26.º, alínea e). Consideramos que deviam passar para 5 dias úteis. No artigo 28.º há algo que não faz sentido. As sessões serão convocadas ou divulgadas? Acho que estamos a repetir coisas. No 26.º deveria estar «divulgadas». Outro assunto é relativamente ao artigo 32.º, relativamente à intervenção do público. É importante que seja prevista no início da sessão. Muitas pessoas podem ter algo a apresentar à assembleia e não têm de ficar até ao fim da sessão". Relativamente ao artigo 25.º há uma coisa que não foi prevista, relativamente às transmissões desta assembleia. Colocámos a salvaguarda da proteção de dados, mas não está lá o registo da transmissão audiovisual. Dentro do que já se faz na câmara pode-se aproveitar alguns pontos". -----

--- Gerou-se uma discussão paralela na assembleia, dado o desagrado dos vogais do PS quanto às alterações do texto acordado na comissão permanente. O Presidente da Mesa questionou o plenário se este documento deveria ser votado, devido às alterações pretendidas. -----

--- Manuel Novais (PS) tomou a palavra e disse: "A minha intervenção é no sentido de demonstrar a minha profunda decepção com o que aconteceu aqui. Nós tivemos



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

quatro sessões a discutir isto aqui. Faço até a ressalva que um dos aspetos mais positivos que achei deste início de ciclo foi o modo responsável como ocorreram as reuniões e o diálogo para se conseguir o melhor documento. Isto é importante que todos saibam, porque naturalmente só estiveram os líderes de cada uma das representações partidárias, na última reunião isto ficou fechado. Não havia mais nada a discutir. Foi inclusive feita uma última atualização e no dia seguinte, logo de manhã, já estava a versão final. É um enorme desrespeito pelo trabalho que aqui aconteceu, ainda para mais vindo de quem, em determinados momentos nesta assembleia se disseram na posse de todos os dados. Assistimos agora a um dos momentos mais tristes que aqui aconteceu. É inacreditável. O documento estava fechado e sabem sempre que a minha posição nessas reuniões nunca foi de impor nada, mas sim de ouvir. Fechou-se o documento, o secretário passado poucas horas enviou o trabalho e agora vêm para uma sessão dizer que ainda têm uma série de alterações para fazer. Isso do meu ponto de vista não respeita a imagem de hombridade e respeito desta assembleia. É lamentável". -----

--- Humberto Granja (PSD) pede a palavra para defesa da honra. Disse: "O ponto na ordem de trabalhos é apreciar e votar. Portanto, é para apreciar e pode haver ajustamentos. 'Senhor Novais, eu de si já fiquei há muito tempo do que é capaz de fazer ou não, quando aqui se senta ao lado da elaboração de documentos importantes para a freguesia e na Assembleia Municipal tem posições contrárias aos interesses da freguesia. Não vamos por aí". -----

--- O Presidente da Mesa lamenta o facto de se terem realizadas quatro reuniões e de se chegar a este ponto ainda com alterações para fazer. Nesse sentido, pediu a opinião ao plenário que pretendeu adiar a votação do ponto. O vogal Humberto Granja solicitou para ficar em ata que o plenário concordou que faltava informação no documento. O 1.º secretário pediu também que ficasse registado que durante a última reunião não se falou do artigo 55.º, em que constava a transmissão das assembleias de freguesia, tendo os documentos sido enviados várias vezes a pedir o feedback de todos os presentes na comissão permanente. Esse feedback nunca chegou à Mesa até à data. O ponto relativo à transmissão está presente no documento desde a primeira versão de atualização que se fez chegar aos membros da comissão.

--- Nuno Pimenta (PSD) pediu a palavra para um ponto de ordem. "Já foi verificado pelas forças políticas que há coisas que se discutiram em comissão permanente que não estão refletidas no documento. Como tal, como já verificámos que coisas que se dizem no início que depois não se cumprem, que se suspenda a discussão". -----

--- O Presidente da Mesa deu a discussão do ponto como suspensa. -----

APRECIAR E VOTAR AS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

--- O Presidente da Mesa colocou a ata da Sessão Extraordinária 01/2025, que também foi revista em comissão permanente. -----



29 jan.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

--- Realizada a votação, a Ata da Sessão Extraordinária 01/2025 foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos. -----

O Presidente

Guilhermino Pedro de Sousa Pereira

O Secretário

André Manuel Vieira de Almeida